

POUCA GRANA, MUITA GANA

EDUCAÇÃO Fórmula da Unicamp revela o potencial de estudantes de escolas públicas

POR FLAVIO LOBO

Em 2003, a Universidade de Campinas, uma das mais importantes do País, instituiu uma comissão para avaliar o desempenho de várias turmas de alunos. Descobriu-se que os egressos de escolas públicas, menos de 30% do corpo discente da Unicamp à época, apesar de enfrentarem maiores dificuldades materiais ao longo da permanência na universidade, tinham médias 5% superiores aos demais.

A partir dessa constatação, a comissão criou um novo mecanismo com o objetivo de tornar o vestibular mais justo e, ao mesmo tempo, mais eficaz como método de identificação dos estudantes de maior potencial. Segundo a proposta, aprovada pela direção da universidade, os candidatos que tiverem cursado o ensino médio em escolas públicas têm direito a 30 pontos extras, cerca de 4% da pontuação máxima do vestibular. Pouco? Talvez. Mas tem feito diferença.

Hoje, quando uma segunda leva de beneficiados pelo Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (Paais), recém-aprovados no vestibular 2006, toma assento nas salas de aula, os frutos dessa inovação surpreendem até mesmo seus formuladores.

A Comissão Permanente para os Vestibulares (Convest) comparou o desempenho dos 2.829 alunos que ingressaram na Unicamp em 2005, dos quais 931 beneficiados pelo Paais. Considerando somente a nota do vestibular, sem a adição dos pontos extras, em apenas 4 dos 55 cursos de gra-

duação os estudantes de escolas públicas tiveram, em média, notas superiores aos demais aprovados. Mas, ao final do primeiro semestre letivo, depois de apenas quatro meses na universidade, os egressos de escolas públicas já se encontravam à frente dos colegas vindos de escolas particulares em nada menos que 29 cursos.

Um resultado de encher os olhos, que ajuda a esclarecer o debate sobre ações afirmativas no ensino superior, assunto em pauta neste momento, quando um projeto de lei de cotas para as universidades federais tramita no Congresso.

A experiência do Paais demonstra que o vestibular é um meio de seleção razoavelmente justo apenas para uma minoria: aqueles que tiveram boas oportunidades de aprendizado. Vale lembrar que, no ensino médio, os alunos de escolas públicas são 88% do total nacional, mas, nas universidades mantidas pelo Estado, os egressos das escolas públicas são minoria. E, nos cursos mais concorridos, que oferecem melhores perspectivas de renda futura, essa minoria torna-se uma raridade.

Numa sociedade tão desigual como a



CALOURA. Paula Cesário trabalhou como doméstica para pagar o cursinho

brasileira, adotar uma fórmula de seleção que dá mais peso para o preparo que para a capacidade e vontade de aprender é uma forma velada mas eficiente de reservar as melhores vagas para os “bem-nascidos”. Alunos medianos das melhores escolas particulares têm chances maiores de obter as vagas mais disputadas das universidades públicas e gratuitas que os melhores alunos de escolas públicas medianas.

Nesse contexto, uma verdadeira aferição do mérito dos candidatos – uma combinação de talento e empenho – é um desafio diante do qual as formas tradicionais de seleção mostram-se deficientes. O Paais prova que a universidade e a sociedade que a sustenta têm a ganhar com o enfrentamento do problema. O coordenador-adjunto da Convest, o matemático

Renato Pedrosa, expõe os pressupostos do programa: “Em geral, para passar no vestibular, os alunos de escolas públicas têm de superar concorrentes que tiveram melhores oportunidades educacionais. São jovens com capacidade de aprendizado acima da média”.

Essa tese tem sido confirmada com tanta consistência pela performance dos beneficiados pelo Paais que se cogita uma “recalibragem”. Pedrosa explica: “Talvez tenhamos sido conservadores. Podemos, provavelmente,



GESTORES. Pedrosa (de óculos) e Tessler defendem a ação afirmativa



NOVOS VETERANOS. Wellington (ao fundo) e Rodrigo são da primeira turma do programa

te, dar uma quantidade maior de pontos a esses candidatos sem prejuízo da qualidade acadêmica. Mas foi bom termos sido cautelosos. Asseguramos eficácia e credibilidade na implantação do programa”.

Os números, de fato, sugerem haver espaço para um aprofundamento das ações. Entre os ingressantes aprovados no vestibular de 2004, 28% vinham de escolas públicas. Em 2005, já com o Paais, esse percentual subiu para 34%. E o aumento foi especialmente significativo nos cursos mais disputados. Na Medicina, por exemplo, onde os alunos de escola pública tinham preenchido 10% das vagas em 2004, essa participação subiu para 31%.

O baiano Rodrigo Junqueira Leão, de 19 anos, ingressou em 2005, com o auxílio do Paais, num dos cursos mais concorridos: engenharia de controle de automação, também chamado de mecatrônica.

Rodrigo cursou todo o ensino médio em Valença, a 270 quilômetros de Salvador. Filho de uma enfermeira aposentada e de um comerciante desempregado, que permanecem na Bahia, o estudante mantém-se em Campinas graças aos 370 reais mensais de sua bolsa de monitoria e à moradia estudantil gratuita.

“A educação é o principal meio de ascensão social. Enquanto o Estado não

conseguir prover escolas de qualidade, acho as ações afirmativas válidas”, defende Rodrigo. Quanto às exigências acadêmicas, ele afirma não encontrar dificuldades maiores em relação aos colegas não beneficiados pelo Paais.

Wellington de Lima Caetano, por sua vez, conta que percebeu ter alguma defasagem, mas apenas no início: “No primeiro semestre, tive de me esforçar bastante para acompanhar o curso, mas agora as minhas dificuldades não são maiores que as dos outros estudantes”.

Aluno de física, Wellington, que também tem 19 anos, recebeu os mesmos 30 pontos do Paais no vestibular de 2005. Fez o ensino básico em escolas públicas da periferia de Campinas, onde a esperança de frequentar boas universidades é exceção. “Dos cem que se formaram no ensino médio comigo, só cinco prestaram o vestibular da Unicamp.”

Entre os alunos de escolas públicas beneficiados pelo Paais, os que se declaram negros, pardos ou indígenas recebem mais 10 pontos, totalizando 40.

Considerada tímida por representantes do movimento negro, a medida beneficiou Paula Roberta Martins Cesário, de 20 anos, aprovada no último vestibular.

Depois de completar o ciclo escolar na rede pública, em 2005 Paula trabalhou como empregada doméstica para pagar um cursinho. Com a ajuda da mãe, empregada doméstica, e da irmã, auxiliar de enfermagem, ela ousava querer mais. O esforço foi recompensado pela conquista de uma vaga na Enfermagem.

Com poucas possibilidades de manter um emprego, já que o curso é de período integral, Paula candidatou-se a uma bolsa-trabalho, concedida a alunos de baixa renda dispostos a trabalhar na universi-

dade, para poder arcar com as despesas. Mas, seja como for, ela garante que vai seguir com os estudos na Unicamp.

“Cada dia que passa, fico mais segura da minha escolha de carreira. E não estou sentindo nenhuma dificuldade para acompanhar as aulas”, conta Paula.

Um questionamento que pode ser feito ao Paais diz respeito à mistura de critérios e metas distintos. Seria a pontuação adicional para alunos de escolas públicas, com sua rigorosa estatística a garantir o ingresso de estudantes com potencial acima da média, uma política do mesmo tipo da que discrimina positivamente grupos étnicos historicamente desfavorecidos?

Segundo o físico Leandro Tessler, coordenador-executivo da Convest, ambos os tipos de medidas podem conviver harmoniosamente dentro de uma mesma categoria: a das ações afirmativas. Tessler e Pedrosa citam uma definição presente no livro *Sex, Race and Merit*, publicado nos EUA em 2000: ação afirmativa ocorre “sempre que pessoas agem de forma deliberada para aumentar a chance de que verdadeira igualdade seja atingida entre membros de categorias diferentes”.

Tessler prossegue: “Adotamos políticas adequadas ao perfil da Unicamp. Instituições diferentes podem e devem

buscar alternativas, inclusive, talvez, algum tipo de cota. A pior política é fingir que o problema não existe. É não fazer nada”.

O avanço propiciado pelo Paais é flagrante. Mas cabe lembrar que ações afirmativas eficazes nem sempre dão resultados imediatos, como as notas altas dos

beneficiados pelo programa da Unicamp.

A promoção de grupos desprivilegiados, a redução das desigualdades, o aumento da mobilidade social e a formação de elites que expressem a diversidade de cada nação são metas de políticas de ação afirmativa adotadas mundo afora. Quais as melhores maneiras de atingi-las no caso da educação superior brasileira?

O debate, urgente, está aberto. A Unicamp oferece uma experiência a ser considerada. E, como diz Leandro Tessler, numa indireta a outros “templos do saber”, só não vale se abster. ■

Os beneficiados pelo programa superam os demais alunos na maioria dos cursos da universidade